



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

**BANCA****Solução do BPN pode passar pela venda**

A gestão do Banco Português de Negócios entregou ao Ministério das Finanças um plano de reestruturação que pode passar, segundo fontes bancárias, pela venda das dependências ao Montepio e dos serviços centrais ao banco espanhol Sabadell. Segundo a Agência Lusa, uma das opções em cima da mesa é também a absorção pela CGD do negócio da banca de empresas.



O pulo do gato

Fernando Sobral

A comichão de inquérito

Para que serve uma Comissão de Inquérito no Parlamento nacional? Aparentemente para decretar que o silêncio é de ouro. Oliveira e Costa foi sentar-se na cadeira do Poder, mas não estava ali para dizer verdades ou mentiras. Estava apenas para ser exibido por uma Comissão que, sobretudo, não tem interesse em que se perceba melhor os contornos do caso BPN e de tudo o que ele simboliza na sociedade portuguesa. Oliveira e Costa não foi ao Parlamento para falar. Simplesmente porque não o poderia fazer. Aliás, se o fizesse, aquilo que é hoje uma investigação policial passaria rapidamente a ser um assunto de telenovela. PSD e PS querem que o povo fique a saber que eles lutam como esposas de César para recuperar a imagem da moralidade perdida. Mas, como se sabe, as Comissões de Inquérito são normalmente maratonas com entradas de leão e saídas de sendeiro. Isto é, vão minguando até desaparecerem no mais completo anonimato. O resultado arquiva-se. É por isso que os seus membros têm bisnagas como principal instrumento de intimidação: só assustam. É esse o seu simpático papel no sistema político nacional: falarem do tudo o que é acessório para que a realidade seja um segredo de poucos. Esse é o cómico destino de todas as Comissões de Inquérito inventadas pelo Parlamento nacional. Esta é uma comichão de inquérito. Faz cócegas para que todos fiquem reconfortados e mansos. A Comissão de Inquérito ao caso BPN é uma nova versão da fábula do Capuchinho Vermelho. Foge antes de ver o lobo.



Proposta de recuperação do BPN entregue ontem nas Finanças

PROPOSTA DA GESTÃO DO BANCO será agora analisada pelo Ministério liderado por Fernando Teixeira dos Santos, que deverá tomar uma decisão sobre o futuro da instituição até final deste mês.

Marta Reis
mreis@economicasgpps.com

O destino que terá o BPN, nacionalizado em Novembro, está cada vez mais perto de ser conhecido. Francisco Bandeira, vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD) que assumiu há cerca de dois meses a liderança do BPN, entregou ontem no Ministério das Finanças o plano de reestruturação do banco. "A proposta foi entregue hoje [ontem]", disse à agência Lusa fonte oficial das Finanças.

Escusando-se a revelar mais pormenores, a mesma fonte acrescentou apenas que o Ministério só se pronunciará sobre o conteúdo da proposta "depois

"A proposta foi entregue hoje [ontem] ao Ministério. Sobre o seu conteúdo só se pronunciará depois de a ter analisado", disse fonte das Finanças.

de a ter analisado". É esperado que até final deste mês as Finanças tomem uma decisão.

Neste momento, segundo noticiou ontem o Diário Económico, há três cenários em cima da mesa. A integração do BPN no grupo CGD, com venda posterior de balcões ou integração destes na rede de distribuição do banco público; a venda em bloco ou em partes dos activos da instituição; ou ainda a manutenção do BPN como instituição autónoma.

Na escolha irá pesar o potencial impacto que cada uma das alternativas terá nas contas do Estado.

Nesta altura, em que muito se especula sobre o fu-

turo que será dado ao BPN, são diversas as soluções que vão sendo avançadas pela comunicação social.

Ontem, a agência Lusa, citando fontes do sector bancário, noticiava que uma das alternativas para o BPN poderá passar pela venda dos serviços administrativos centrais ao espanhol Banco Sabadell, que é accionista do BCP, e pela integração, na Caixa, do segmento de banca empresarial. As dependências do BPN seriam vendidas ao Montepio Geral.

Francisco Bandeira, presidente do BPN e vice-presidente da CGD.



Limpeza do balanço do BPN

Qualquer que seja a solução que venha a ser adoptada, o próximo passo no BPN terá de passar pela "limpeza" do balanço, já que será muito difícil encontrar comprador para um banco cujas perdas não param de crescer. Segundo soube o Diário Económico, as perdas do BPN deverão ascender já a 1,3 mil milhões de euros.

A solução para este problema terá dois caminhos possíveis.

A criação de uma sociedade veículo que absorva os "activos tóxi-

cos" do BPN é umas das hipóteses. A outra possível via passaria pela realização de uma operação harmónica, que consiste numa redução do capital social, seguida por um aumento. Esta operação serviria para fazer face às perdas que fosse necessário assumir, absorvendo-as contabilisticamente.

O Estado anunciou a nacionalização do BPN em Novembro, depois de falhadas outras alternativas para viabilizar o banco, na altura liderado por Miguel Cadilhe. O BPN encontra-se numa situação de enormes dificuldades financeiras, que ameaçava a sobrevivência da instituição e os activos dos depositantes. ■



INVESTIMENTO ■ POR INCUMPRIMENTO DE UMA ORDEM DE VENDA DE ACÇÕES EM 2000

Rocha pede 9,4 milhões de indemnização a BPN

■ Ex-presidente do Sporting acusa banco de ter prejudicado empresa de que é gerente



ADS	92,03	<
ALT	47,44	<
ALV	104,16	<
BAS	42,46	<
BAY	23,33	<
BMW	33,81	<
CBK	15,94	<
CON	32,28	<
DBK	66,90	<
DB1	49,45	<
DCX	36,32	<
DPH	19,05	<
DTE	16,39	<
EOA	52,39	<
FME	54,50	<



● ANTONÍO SÉRGIO AZENHA

João Rocha, ex-presidente do Sporting e administrador em Portugal da Sky Holding Limited, empresa sediada no Reino Unido, pediu uma indemnização de 9,45 milhões de euros ao BPN e à administração do banco liderada por José Oliveira e Costa em 2000. A Sky acusa o BPN e, por solidariedade, os sete administradores de então de causarem "um prejuízo efectivo de 5 960 920 euros", acrescido de 3495567 euros em juros de mora, por não terem cumprido a ordem de venda da sua carteira de acções do PSI 20, em Junho de 2000.

A acção com o pedido de indemnização, a que o CM teve acesso, avançou após o Tribunal da Comar-

ca de Lisboa ter dado como provada "a existência do crédito" da empresa gerida por João Rocha sobre o BPN. Para o tribunal, "foi demonstrado que o requerente [Sky] deu à requerida [BPN] determinada ordem, que estava legalmente obrigada a acatar e que não cumpriu, causando desse modo prejuízos."

O caso remonta a 14 de Junho de 2000: a Sky era titular de uma carteira de acções do PSI 20, sediada no BPN, de 8,16 milhões de euros e que custara 11,24 milhões de euros. Em Junho de 2000, "dada a desvalorização constante dos títulos", segundo a acção judicial interposta pelo escri-

tório de José Maria Fabião a pedido da Sky, a empresa gerida por João Rocha "deu instruções expressas e irrevogáveis, por escrito, para que a 1ª R. [BPN] procedesse à venda total da referida carteira accionista".

O BPN, segundo a Acusação, não só "não procedeu à referida venda da carteira accionista", como "nem sequer se dignou a informar" a Sky. Para garantir o pagamento do prejuízo, a Sky pediu, através de uma providência cautelar, o arresto preventivo dos prédios na av. António Augusto de Aguiar, actual sede do banco, e na av. da República. O BPN contestou. ■

Tribunal deu como provada a existência do crédito sobre o BPN

PORMENORES

● **ACÇÕES EM CAUSA**
A carteira da Sky tinha acções do BES, Sonae SGPS, PT Multimédia, PT e PT Comunicações.

● **ORIGEM DO PREJUÍZO**
Em Outubro de 2003, o BPN vendeu as acções da Sky por 2,2 milhões de euros. Como à data da ordem de venda, valiam 8,16 milhões, o prejuízo foi 5,96 milhões.

● **FINANCIAMENTO**
BPN deu à Sky um crédito de 8,85 milhões de euros para comprar as acções.

Administradores incentivaram compra de títulos

● A acção judicial com o pedido de indemnização deixa claro que a empresa representada em Portugal por João Rocha "apenas investiu nas referidas acções porque foi incentivada através de diversas sugestões dos RR [administradores do BPN]", que "persistentemente insistiam que se tratava da mais rentável aplicação financeira, com riscos muito moderados."

João Rocha é uma das mais famosas figuras na história do futebol português. Empresário desde o tempo do Estado Novo, com contactos um pouco por todo o Mundo. ■



AUDIÇÃO | VAKIL OUVIDO AMANHÃ FINANÇAS | RECUPERAÇÃO SÓCRATES | TAXAS DE JURO

O ex-administrador do BPN e actual presidente do Banco Efisa, Abdool Vakil, vai ser amanhã ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN, às 15h00



O BPN já entregou ontem ao Governo o plano de reestruturação que pode passar, segundo fontes bancárias, pela venda de balcões ao Montepio e dos serviços centrais ao espanhol Sabadell

José Sócrates assegura que as taxas de juro oferecidas pelo BPN quando foi nacionalizado já baixaram e que estão agora ao nível praticado pelas restantes instituições bancárias no País



Luís Caprichoso foi administrador do BPN. O CDS também quer ouvir José Augusto Costa.

CDS quer ouvir nomes envolvidos nas suspeitas

Os deputados do CDS querem ouvir na Comissão de Inquérito Francisco Sanches, ex-chefe de gabinete de Oliveira e Costa, e Luís Caprichoso, então administrador do BPN e presidente da Planfim, empresa que terá constituído os veículos offshore para esconder perdas.

Na lista, constam ainda o nome de dois funcionários que terão criado a base para o balcão virtual do Banco Insular (BI). Bem como o líder do Conselho de Administração do BI, José Vaz Mascarenhas, que, apesar de ter dito desconhecer irregularidades nos activos, seria igualmente dono da empresa de contabilidade que tinha a seu cargo as contas do banco. O filho de Oliveira e Costa, José Augusto, também está na lista. ■ D.R.

TEIA NO BANCO

AFASTADO POR CADILHE Emanuel Peixoto, incluído na lista de audições pedida pelo CDS, era chefe de Operações Informáticas na administração de Oliveira e Costa. Poderá ter ligações à criação do balcão virtual do Insular. Foi afastado do banco por Miguel Cadilhe.

ADVOGADA E MULHER Isabel Ferreira, outro dos nomes, é advogada e à época mulher de Luís Caprichoso. Terá sido a jurista ao serviço da Planfim responsável pela constituição das offshores.

LIGAÇÕES Na lista do CDS consta o nome de Inês Santos, que se pensava ser funcionária do Insular, mas cujo vínculo contratual a ligava ao BPN. Tal como Joaquim Nunes, administrador do Insular e da SLN em simultâneo.

OPERAÇÃO CÉSAR Piriquito Costa terá sido o homem designado por Cadilhe para clarificar dúvidas sobre activos do BPN e da SLN. Terá liderado a 'Operação César', que teria como mote 'A César o que é de César'. Será das pessoas com mais informação sobre as irregularidades cometidas. Reportava a João Carvalho das Neves, também na lista.



Deputada era 9.ª nas listas à AR

A deputada Sónia Sanfona, nomeada relatora da Comissão de Inquérito, é licenciada em Direito e foi eleita pelo círculo de Santarém. Estava em 9.º lugar na lista do PS. O seu nome terá sido incluído para cumprimento da quota feminina. ■

Esclarecimento de Óscar Silva

No seguimento do artigo publicado pelo CM no dia 7, Óscar Silva esclarece que todas as notícias que incluem o seu nome "e que o mesmo jornal diário dá, de forma temerária, como certas, apesar de referir que as matérias são objecto de procedimento judicial em curso, são falsas!". Acrescenta que, "a existir algum processo em curso", esse foi apresentado por Óscar Silva "contra o BPN"; procedimento judicial motivado pelo incumprimento deste banco de um contrato de depósito bancário "firmado com o responsável pelo BPN - Créditos do Porto. ■



Carta. A administração da Sky Holding mandou o BPN vender as acções "ao melhor preço".

PERFIL

LÍDER. José Oliveira e Costa, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, assumiu a liderança do BPN em 1998, tendo exercido essa função até Fevereiro de 2008, quando foi forçado a sair da instituição.



Banco contestou arresto de dois prédios urbanos

O BPN contestou o arresto preventivo dos prédios urbanos na av. da República e na av. António Augusto de Aguiar, actual sede.

Em sua defesa, o BPN diz que a receita da venda da carteira accionista da Sky Holding, em Outubro de 2003, serviu para pagar uma dívida de dez milhões de euros ao BPN do Portuguese World Bank (PWB), proprietário inicial das acções, como dizia a ordem de venda dada pela Sky. Para cobrar a verba, o BPN instaurara, segundo um documento junto ao processo, contra o PWB um processo judicial. ■

ovidência cautelar sobre a sede

EX-PRESIDENTE DO BPN RESPONDE ÀS QUESTÕES SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO BANCO

Cadilhe vai hoje ao Parlamento

O antigo gestor deverá explicar as críticas que fez ao Governo e ao Banco de Portugal durante a nacionalização

Texto • João Cristóvão Baptista

joao.m.baptista@24horas.com.pt

A comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), presidida por Maria de Belém Roseira, vai ouvir ao final da tarde de hoje as explicações de Miguel Cadilhe acerca do que se passou na instituição.

Marcada para as 18h00, a audição do antigo presidente do BPN deverá ficar marcada por questões relacionadas com as críticas efectuadas por Cadilhe ao Governo e a Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal (BdP),



Miguel Cadilhe vai ser interrogado pelos deputados

aquando da decisão do Governo de nacionalizar o banco.

Na altura da nacionalização, o antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva teceu duras críticas à forma como foi conduzido este processo, tendo considerado que a nacionalização foi a "pior solução" que o Governo podia ter encontrado.

Miguel Cadilhe responsabilizou ainda o Banco de Portugal pela situação em que o BPN se encontra.

Na opinião do ex-presidente daquele banco, a instituição liderada por Vítor Constâncio cometeu uma "grave e demorada falha de supervisão" na avaliação da gestão do BPN, crítica que deverá

Queixa contra o BdP

Maria de Belém continua ainda à espera que o Banco de Portugal entregue os documentos solicitados pela comissão no âmbito da análise do processo. Caso obtenha uma nova resposta negativa de Vítor Constâncio, a deputada socialista admite queixar-se aos tribunais: "Este é um cenário que está previsto nos estatutos da assembleia e que é uma possibilidade", disse ao *24horas*.

hoje ser explorada pelos deputados.

Para amanhã, Maria de Belém Roseira, presidente desta comissão, agendou a audição de Abdool Vakil, outro ex-presidente do BPN. As questões colocadas pelos deputados ao actual presidente do Banco Efisa deverão centrar-se sobre o conhecimento do

banqueiro acerca de eventuais irregularidades ocorridas durante a gestão de Oliveira e Costa.

Dias Loureiro deverá ser chamado

Embora não haja ainda uma data definida para novas audições, segundo o *24horas* conseguiu apurar, deverão ainda ser chamados ao Parlamento outros antigos responsáveis do BPN, como é o caso de Manuel Dias Loureiro.

Também o vice-governador do BdP, Pedro Duarte Neves, e o antigo responsável pela supervisão bancária desta instituição, António Marta, deverão ter de falar no Parlamento.

Ainda hoje, os deputados vão apreciar o pedido de audição de 38 pessoas, entregue na terça-feira pelo CDS-PP, e que inclui o filho de Oliveira e Costa. Embora admitam que será difícil ouvir todas estas personalidades, o PP considera indispensável a audição de 13 destas pessoas. ■



Miguel Cadilhe vai hoje à AR falar do BPN

Inquérito. Miguel Cadilhe demitiu-se da administração quando o BPN foi nacionalizado

Os antigos presidentes do Banco Português de Negócios (BPN) Miguel Cadilhe (*na foto*) e a Abdool Vakil vão ser ouvidos hoje e amanhã, respectivamente, pela Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização da instituição. Miguel Cadilhe, que deixou de ser presidente do BPN aquando da nacionalização do banco (mas que permanece à frente do grupo Sociedade Lusa de Negócios), vai ser ouvido hoje no final do plenário. Por sua vez, Abdool Vakil, que ocupou a presidência interina do grupo SLN/BPN após a saída de José de Oliveira e Costa, em Fevereiro do ano passado, vai ser ouvido amanhã. A Comissão Parlamentar de Inquérito à Situação que levou à Nacionalização do BPN e sobre a Supervisão Bancária Inerente é presidida por Maria de Belém Roseira e o inquérito terá como relatora Sónia Sanfona. ■

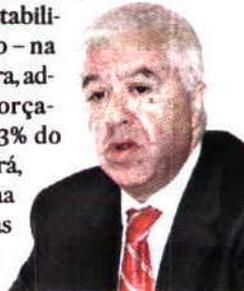




Plano futuro do BPN entregue às finanças

Reestruturação. Opções passam pela venda de áreas de negócios, balcões ou mesmo a extinção da marca BPN

Francisco Bandeira, líder do Banco Português de Negócios (BPN), depositou ontem no Ministério das Finanças o plano de reestruturação do banco, nacionalizado em Novembro. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, juntamente com o Banco de Portugal, terá agora de se pronunciar, mas os analistas admitem que a recuperação do banco pode passar pela venda das dependências ao Montepio Geral e dos serviços centrais ao espanhol Banco Sabadell. A CGD – do qual Francisco Bandeira é vice-presidente – admite extinguir a marca BPN e pode absorver o negócio de empresas do banco. Uma área debilitada, cujos “activos tóxicos” justificam parte das perdas registadas pelo banco. Também ontem, Teixeira dos Santos anunciou que apresentará ao Parlamento o orçamento suplementar – bem como Programa de Estabilidade e Crescimento – na próxima segunda-feira, admitindo um défice orçamental superior a 3% do PIB. O Governo deverá, também, admitir uma recessão em 2009, nas suas projecções macroeconómicas. ■





BPN O ex-presidente do BPN, José Oliveira e Costa, negou prestar declarações no inquérito parlamentar à nacionalização do banco por ser arguido. Durante esta semana os deputados deverão ouvir Miguel Cadilhe, que sucedeu a Costa na presidência do BPN.



ID: 23436717

14-01-2009

JOÃO SEMEDO (BE) "Refugiou-se no estatuto"

O deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda, lamentou o facto de o antigo presidente do BPN, José de Oliveira e Costa, ter-se refugiado na condição de arguido, considerando que esta não colide com o seu dever cívico. "O Dr. Oliveira e Costa refugiou-se no estatuto de arguido. E nós consideramos que esse estatuto não colide com o dever de colaboração de um cidadão", afirmou o deputado bloquista no final da audição de José de Oliveira e Costa na Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN. "Entrou mudo e saiu calado", notou o deputado bloquista, acrescentando que Oliveira e Costa é uma testemunha chave para ajudar a compreender o que levou à actual situação do Banco Português de Negócios, que foi nacionalizado pelo Estado português em Novembro do ano passado após a descoberta de um «buraco» de várias centenas de milhões de euros.



NUNO MELO (CDS/PP) "Oportunidade perdida"

O deputado centrista Nuno Melo considerou ontem "uma oportunidade perdida" a audição de José de Oliveira e Costa, que se remeteu ao silêncio na comissão de inquérito parlamentar, embora o parlamentar diga que tal não será obstáculo ao trabalho da comissão. "Vejo este silêncio com alguma incompreensão, porque uma coisa é um processo judicial em curso e outra é uma comissão de inquérito, especialmente esta em que grande parte do objecto não tem nada a ver com a investigação criminal, mas sim com os termos em que funcionou a supervisão" do Banco de Portugal, declarou Nuno Melo à saída dos trabalhos.

Fiasco na audição parlamentar de Oliveira e Costa

Entrou mudo e saiu calado



BPN. O ex-banqueiro Oliveira e Costa recusou-se a responder a qualquer questão da Comissão Parlamentar, invocando o seu estatuto de arguido no processo em torno do banco agora nacionalizado

Cadilhe é o senhor que se segue

A Comissão Parlamentar sobre a nacionalização do BPN pretende ouvir o presidente da Sociedade Lusa de Negócios, Miguel Cadilhe.

A Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN pretende ouvir ainda esta semana o actual presidente da Sociedade Lusa de Negócios, Miguel Cadilhe. No final da audição falhada a Oliveira e Costa, a presidente da Comissão, Maria de Belém, frisou aos jornalistas não ter ficado "frustrada" com o silêncio de Oliveira e Costa, acrescentando que "não tinha expectativas" em relação à audição do antigo presidente do BPN. Respondendo a algumas vozes que defenderam que Oliveira e Costa deveria ser ouvido mais tarde, a presidente da comissão defendeu que "se justificava chamá-lo ao Parlamento, porque não podemos partir do pressuposto de alguém invocar determinado direito". "Se, se, se... Os cenários podem ser múltiplos... O Dr. Oliveira e Costa poderia ter decidido usar da palavra neste momento", acrescentou. "Pensamos que podemos perfeitamente continuar o nosso trabalho. Vamos ouvir muitas personalidades que nos podem dar elementos preciosos", disse ainda Maria de Belém, acrescentando que existe uma meta de 90 dias a conclusão dos trabalhos da Comissão. Após a saída de Oliveira e Costa - que foi conduzido de regresso à prisão na companhia de dois elementos da PSP - os deputados que integram a comissão discutiram a marcação de audição de Miguel Cadilhe para a próxima amanhã, quinta-feira, data que, segundo lembraram alguns deputados, coincide com o debate quinzenal com o primeiro-ministro.

O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José de Oliveira e Costa, abandonou a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização da instituição, cerca de 45 minutos após ter entrado como testemunha.

A audição (que decorreu à porta fechada) terminou com Oliveira e Costa a recusar responder a questões dos deputados, invocando o seu estatuto de arguido no processo em que é acusado de burla agravada e branqueamento de capitais, entre outros alegados crimes. Enquanto arguido, Oliveira e Costa não pode ser obrigado pela Comissão de Inquérito Parlamentar a responder a questões que ponham em causa a sua defesa.

Antes da chegada de Oliveira e Costa - que se encontra em prisão preventiva e que deu entrada no Parlamento acompanhado de dois elementos da PSP - os deputados aprovaram uma proposta apresentada por Maria de Belém, presidente da Comissão Parlamentar, para que a audição do ex-banqueiro decorresse à porta fechada. A moção obteve os votos favoráveis dos deputados do PS e do PSD, os votos contra do PCP e BE e a abstenção do CDS/PP.

Maria de Belém justificou o facto de a reunião ter tido lugar à porta fechada com a necessidade de respeitar o segredo de justiça, ao passo que outros deputados que votaram favoravelmente salientaram o facto de desta forma o ex-banqueiro se "sentir mais à vontade".

HUGO VELOSA (PSD) "Deveria ter sido mais tarde"

O coordenador do PSD na comissão de inquérito ao caso BPN, Hugo Velosa, considerou que a audição de José de Oliveira e Costa "deveria ter sido mais tarde", numa fase mais avançada. "O grupo parlamentar do PSD aceita claramente a posição de Oliveira e Costa, porque a questão do segredo de justiça pode estar directa ou indirectamente ligado com o que dissesse. A posição de Oliveira e Costa parece-nos legítima", disse Hugo Velosa. "A audição deveria ter sido mais tarde, numa fase mais avançada da comissão. Seria melhor para aquilo que se pretende com a comissão, que do nosso ponto de vista é não só saber o que se passou com o BPN mas fundamentalmente - é isso que está no objecto da comissão - saber se a supervisão funcionou ou não no caso do BPN e saber se a única solução possível era a sua nacionalização", considerou o social-democrata.



HONÓRIO NOVO (PCP) "Saio desta reunião frustrado"

O comunista Honório Novo manifestou-se "frustrado" com o silêncio de Oliveira e Costa perante a comissão parlamentar ao caso BPN e disse que este desfecho abala a convicção do PCP nesta comissão. "O que retiro do ponto de vista político do funcionamento desta sessão, primeiro à porta fechada escusadamente e depois, objectivamente, com a recusa de declarações, tem a ver com o que eram as minhas expectativas e do PCP, que eram elevadas. Saio desta reunião frustrado e com a minha convicção quanto à produção de resultados um pouco abalada", considerou o coordenador do PCP nesta comissão de inquérito.



ESCÂNDALO BPN

CASO BPN ■ OLIVEIRA E COSTA ENTROU MUDO E SAIU CALADO

Banqueiro algemado e de aliança no dedo



■ Ex-presidente sorriu para os seus advogados e olhou com ar arrogante para deputado do PCP

■ ANTÓNIO RIBEIRO FERREIRA/
/DIANA RAMOS

Passo firme, olhar de frente para os jornalistas presentes, fato cinzento, gravata azul-chumbo metalizado de seda, camisa branca, sapatos pretos, aliança no dedo, apesar de separado, Oliveira e Costa chegou ao Parlamento num carro celular.

Antes de sair da viatura, uma Ford Transit de 2000, um dos guardas que o acompanhava tirou-lhes as algemas. E foi assim, com um ar digno e com bom aspecto que o primeiro banqueiro detido em Portugal se dirigiu a passos largos para a sala 7 da Assembleia da República, onde funciona a Comissão de Inquérito ao BPN.

Lá dentro esperavam-no deputados, assessores dos grupos parlamentares e os seus dois advogados, Leonel Gaspar e Adriano Ramos de Paiva. Antes da chegada de Oliveira e Costa, os deputados do PS e do PSD decidiram que a audiência seria à porta fechada. PCP, PEV e BE votaram contra e o CDS absteve-se. Logo a seguir, Maria de Belém, presidente da Comissão de Inquérito, obrigou os as-



sessores parlamentares a fazerem um juramento de silêncio.

A presença de Oliveira e Costa no Parlamento obrigou a algumas medidas especiais de segurança. Logo pela manhã, o Palácio de São Bento foi visitado por elementos da Brigada Especial da Guarda Prisional que, acompanhados por elementos da GNR e pelo chefe de segurança da Assembleia da República, tenente-coronel Pimentel, verificaram todos os passos que o banqueiro iria percorrer à tarde no Parlamento.

Passavam quarenta e um minutos das 14h00 quando Oliveira e Costa saiu lentamente do carro ce-

lular, olhou para os jornalistas e se dirigiu para a porta principal do edifício. À sua espera tinha o chefe de segurança, o chefe de protocolo e também o zelador do Palácio de São Bento.

Uma recepção de luxo para quase nada. Oliveira e Costa recusou falar aos deputados e olhou com ar arrogante para Honório Novo, deputado do PCP, o único a colocar-lhe questões concretas sobre o BPN. Os outros deputados limitaram-se a fazer pequenas intervenções. Ainda tentaram persuadi-lo, dizendo que responder às questões colocadas sobre a supervisão bancária em nada prejudicaria a sua condição de arguido. Três quartos de hora depois Oliveira e Costa saiu, sorridente e em amena conversa com um dos seus advogados. ■

Algemas foram tiradas antes de o banqueiro sair do carro



■ **Aparato.** Chegou às 14h41, com os jornalistas à porta. Saiu do carro em direcção ao interior sob forte vigilância. Escudado no estu-
tuto de arguido, não falou. Saiu risonho à conversa com o advogado.



AUDIÇÃO | CADILHE OUVIDO

Miguel Cadilhe vai ser ouvido esta semana, em princípio amanhã, depois do Plenário. Dias Loureiro, Abdool Vakil, António Marta e Pedro Duarte Neves também serão chamados



CDS-PP | MAIS DE 30 AUDIÇÕES

O CDS-PP apresentou ontem um requerimento onde pede a audição de mais de 30 pessoas ligadas ao caso, entre ex-administradores, auditores e elementos da supervisão bancária

PS | RELATORA É SÓNIA SANFONA

A deputada Sónia Sanfona (PS) será a relatora dos resultados do inquérito, mas a Oposição, nomeadamente o PSD, promete ter um relator-sombra por não concordar com a escolha



REACÇÕES

HUGO VELOSA PSD

"Audição devia ter sido numa fase avançada"

“Aceitamos a posição do dr. Oliveira e Costa. A questão do segredo de Justiça pode estar directa ou indirectamente ligada ao que disse-se. A audição devia ter sido numa fase mais avançada. Não se deve promover trabalhos destes quando existe um processo criminal.”



HONÓRIO NOVO PCP

"Saio desta reunião frustrado"

“Saio desta reunião frustrado e com a minha convicção quanto à produção de resultados um pouco abalada. “Tínhamos razão quando defendíamos que a reunião, que decorreu à porta fechada, poderia perfeitamente ter funcionado à porta aberta.”



NUNO MELO CDS-PP

"Tivemos uma oportunidade perdida"

“Vejo este silêncio com incompreensão. Hoje [ontem] tivemos uma oportunidade perdida. Muitos esclarecimentos podiam ter sido dados. Sobre a supervisão, não há nenhuma razão para que invoque o estatuto do arguido para não prestar declarações.”



JOÃO SEMEDO BE

"Pode vir a ser uma comissão muda"

“Creio que não foi uma boa atitude do dr. José Oliveira e Costa e creio que isso nos faz pensar que esta comissão de inquérito pode ser uma comissão muda, da qual nenhuma conclusão importante se venha a tirar. Entrou mudo e saiu calado.”



Limpar o passivo e vender

■ Durante toda a tarde de ontem a Administração do Banco Português de Negócios (BPN), nomeada pelo Estado e liderada por Francisco Bandeira, explicou aos responsáveis da Caixa Geral de Depósitos (CGD) o que pode ser o futuro do BPN.

Depois de apreciado o plano de saneamento, a CGD deverá apresentá-lo ao ministro das Finanças para a aprovação final.

Segundo apurou o CM três cenários são possíveis em relação ao BPN: o primeiro é a dissolução do banco no grupo Caixa Geral de Depósitos com a eliminação da marca BPN.

Uma segunda solução passa pela “limpeza” de todo o passivo do banco (que a administração liderada por Miguel Cadilhe calculou em 900 milhões de euros) que deverá transitar para um fundo autónomo, encarregando-se o Estado de resolver o destino a dar ao malparado. Depois desta operação, e com o banco ‘limpo’, o objectivo é tentar a sua venda a um outro grupo fi-



Francisco Bandeira explicou à administração da CGD o que poderá ser o futuro do BPN

nanceiro nacional ou estrangeiro.

A terceira hipótese passa também por um saneamento do passivo, mas a alienação do património do BPN seria feita ‘às fatias’, separando-se a rede comercial (agências de particulares e empresas), os activos imobiliários, as participa-

ções financeiras e os créditos sobre outras entidades.

O CM sabe que existem vários interessados, nomeadamente bancos portugueses e estrangeiros, na rede de balcões, que conta com mais de 200 agências, entre particulares e centros de negócio. ■ M.A.G.

Lulas ao almoço com pouco sal

■ Antes de sair da zona prisional da PJ a caminho do Parlamento, Oliveira e Costa permaneceu calmo durante toda a manhã. Almoçou lulas, o menu servido a todos os detidos, mas como um tempero especial (com menos sal) em virtude do seu estado clínico. Depois de sair da Assembleia, Oliveira e Costa falou longamente com o advogado. ■

Logicomer faz esclarecimento

■ No seguimento da notícia publicada pelo CM no dia 07, onde se dava conta de que o antigo responsável da BPN Créditos no Porto era director-geral da Logicomer, a empresa esclareceu que Óscar Silva não é director-geral da sociedade, “nem sequer é, ou em alguma altura foi, funcionário da nossa sociedade”. ■

Óscar Silva, o responsável do BPN Créditos no Porto, é acusado de ter deixado um ‘buraco’ de 50 milhões.



DIRETOR RESERVADAS

CARLOS MANUEL MARTINS



O antigo presidente do BPN chegou à Assembleia da República à hora marcada e esteve apenas 45 minutos no Parlamento

JÁ QUE OLIVEIRA E COSTA NADA DISSE AO PARLAMENTO, O PP QUER CHAMAR O FILHO

Que venha falar o filho!

O ex-presidente do BPN recusou falar aos deputados por ser arguido, mas o PP quer ouvir o que o seu filho tem para dizer

Texto • João Cristóvão Baptista
joao.m.baptista@24horas.com.pt

O CDS-PP aproveitou ontem a audição de José Oliveira e Costa na comissão parlamentar que investiga as alegadas irregularidades que levaram à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) para entregar um pedido de audição do filho do ex-banqueiro. O nome de José Augusto Oliveira e Costa faz parte de uma lista com 38 nomes apontados pelo PP e onde se encontram ainda os nomes do ministro das Finanças e do Governador do Banco de Portugal.

Segundo Nuno Melo, este requerimento tem como objectivo "ouvir quem pode ter informações relevantes sobre o que se passou no banco", como é o caso do filho de Oliveira e Costa. Na opinião do deputado, estas audições podem colmatar o



FOTOS: ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Silêncio irritou deputados

No final da audição "silenciosa" a Oliveira e Costa, vários deputados mostraram-se irritados com a atitude do ex-banqueiro. "O dr. Oliveira e Costa foi chamado na condição de cidadão, pelo que é lamentável que se tenha refugiado no seu

estatuto de arguido", afirmou João Semedo, do Bloco de Esquerda. Já Honório Novo, do PCP, confessou que ficou "frustrado" com a reunião de ontem, enquanto Nuno Melo falava numa "perda de tempo".

Só o PS e o PSD se colocaram do lado do antigo presidente do BPN, tendo aceite o silêncio como um "dos direitos inerentes à condição de arguido".

Oliveira e Costa chegou e andou sempre escoltado por vários agentes da PSP

"silêncio incompreensível" do ex-presidente do BPN, uma vez que "se não forem arguidos neste processo, não podem recusar-se a falar".

Em silêncio total

As palavras de Nuno Melo foram proferidas ao 24horas poucos minutos depois de José Oliveira e Costa se ter recusado a responder às questões colocadas pelos deputa-

dos desta comissão. O ex-patrão do BPN, que chegou à Assembleia da República escoltado por dois agentes da PSP, justificou o seu silêncio com a condição de arguido.

Nos 45 minutos que durou a audição, nem a promessa dos deputados de sigilo absoluto sobre tudo o que fosse dito por Oliveira e Costa convenceu o antigo presidente do BPN a abrir a



Caso BPN

Oliveira e Costa optou por não responder à Comissão

O antigo presidente do BPN esteve 45 minutos na Assembleia da República e evocou o seu estatuto de arguido para **evitar as questões dos deputados**



“GUARDA DE HONRA”
LUÍS ANICETO

Oliveira e Costa teve companhia para todos os gostos, mas deixou deputados a falar sozinhos

POR: MARIA NOBRE
mnobre@meiahora.pt

Oliveira e Costa entrou mudo e saiu calado. O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN) evocou o estatuto de arguido e não respondeu às questões da Comissão de Inquérito Parlamentar à nacionalização do banco. A situação deixou insatisfeitos os deputados de todos os partidos.

Assim, sem proferir também uma única palavra aos jornalistas, e acompanhado por dois agentes da PSP, Oli-

Comissão quer ouvir Miguel Cadilhe ainda esta semana

veira e Costa abandonou o Parlamento 45 minutos depois de ter chegado.

Frustração. Todavia, o silêncio do antigo presidente do BPN não é abonatório para a investigação parlamentar e deixou os deputados bastante insatisfeitos.

Para o deputado Hugo Velosa do PSD, esta “não foi a melhor altura para ouvir” Oliveira e Costa. Também o PCP, pela voz do deputado Honório Novo, não escondeu a sua “frustração”. Enquanto Nuno

Melo, do CDS-PP, entende que, de facto, esta “foi uma oportunidade perdida”. Do BE chega a voz mais crítica, com João Semedo a duvidar se a comissão poderá mesmo chegar a alguma conclusão. O bloquista afirma ainda que o silêncio do arguido “não foi uma boa atitude”, classificando-a de “inaceitável”.

Mais audições. A presidente da comissão, a socialista Maria de Belém, entende que este “é um direito” do ex-secretário de Estado do Tesouro de Cavaco Silva. Quando questionado pelos jornalistas se este era um mau começo para a Comissão, a socialista respondeu que não, sublinhando que “há ainda muitas pessoas para ouvir”. Uma dessas pessoas é Miguel Cadilhe, actual presidente da Sociedade Lusa de Negócios, que a Comissão revelou pretender ouvir ainda esta semana.

Parlamento

2ª vez em 30 anos que um preso preventivo é ouvido

2ª

As explicações aos deputados ficaram, todavia, por dar.



Silêncio frustrou expectativas dos deputados

OLIVEIRA COSTA foi ao Parlamento 54 dias depois de ser detido, mas recusou-se a falar.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgpps.com

Parlamento, 14h30. Local e hora que assinalam o centro da atenção mediática de ontem. Um aglomerado de jornalistas e repórteres fotográficos aguardavam, a postos, a chegada do antigo presidente do BPN. 54 dias depois de ter sido detido preventivamente, José Oliveira Costa abandonou pela primeira vez o Estabelecimento Prisional de Lisboa para ser ouvido pelos deputados na comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN. Transportado numa carrinha celular, sem algemas mas acompanhado de guardas prisionais, o ex-banqueiro chegou à Assembleia às 14h45. Sob o olhar atento de holofotes e flashes, Oliveira Costa percorreu, em absoluto silêncio, o corredor de acesso à sala onde decorreu o que se esperava viesse a ser a sua audição.

Na sessão, que os deputados decidiram que seria à porta fechada, o silêncio continuou a ser a postura adoptada pelo fundador do banco. Depois de ouvir as perguntas dos deputados, Oliveira Costa limitou-se a ler uma declaração, onde invocou o seu estatuto de arguido na investigação criminal ao BPN. Recorde-se que o ex-banqueiro está já pronunciado por vários crimes, como fraude fiscal, burla e branqueamento de capitais, entre outros.

O antigo presidente do BPN recusou-se não só a responder às questões relacionadas com o banco, como também não quis prestar quaisquer esclarecimentos sobre a supervisão bancária, abandonando a reunião 45 minutos depois de ter entrado. "Inquérito mudo", "oportunidade perdida" ou "la-

mentável" foram as expressões utilizadas pelos deputados, minutos depois, para descrever a ida do antigo secretário de Estado de Cavaco Silva à Comissão.

PS e PSD compreensivos
O PS e o PSD foram os únicos partidos que compreenderam o silêncio do ex-presidente do BPN. "A

Tal como o Diário Económico noticiou, Oliveira Costa alegou o estatuto de arguido para não falar.

Comissão de inquérito quer ouvir Abdool Vakil hoje e Miguel Cadilhe amanhã.

posição parece-nos legítima" disse o deputado do PSD Hugo Velosa, que defendeu ainda que a audição ao antigo presidente do BPN deveria ter acontecido numa fase mais adiantada da Comissão. Por sua vez, o socialista Ricardo Rodrigues lembrou que o direito do arguido se remeter ao silêncio está consagrado na Constituição. No entanto, o deputado deixou um aviso: "Não toleraremos que mais ninguém use dessa faculdade, até porque não existem mais arguidos neste processo".

Esta compreensão não foi partilhada pelos restantes partidos. Nuno Melo, do CDS/PP, recordou que a supervisão inerente ao BPN também é objecto da Comissão e, que por isso, não há razões para que Oliveira Costa invoque o seu estatuto de arguido em questões relacionadas com esta matéria. "Esta foi uma oportunidade perdida", acrescentou. Também o bloquista João Semedo alinhou nas críticas, apelidando de "lamentável" a atitude de Oliveira Costa, que teve uma "recusa universal" a responder a todas as perguntas. O comunista Honório Novo foi mais longe nas críticas e revelou que, na sua opinião, a eficácia da comissão ficou abalada.

A presidente da Comissão, Maria de Belém Roseira, respondeu às críticas dos deputados: "Não fiquei frustrada. Não tinha qualquer expectativa.

As audições não começaram mal, até porque ainda temos muitas pela frente".

A presidente da comissão vai assim confirmar a disponibilidade de Abdool Vakil para ser ouvido hoje e Miguel Cadilhe já amanhã. ■



Maria de Belém, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN

**DIA A DIA****Silêncio
de ouro**

Os deputados ficaram tristes com o silêncio de Oliveira e Costa na comissão de inquérito ao caso BPN, mas era evidentíssimo tal desfecho. O ex-patrão do BPN está a ser investigado em sede judicial e das duas uma: ou queremos que a investigação chegue a algum lado ou não queremos. Sem pôr em causa a importância e a utilidade das comissões de inquérito parlamentares, não se pode querer que, nesta fase, Oliveira e Costa fosse ao Parlamento dizer coisas relevantes. Se o fizesse, estaria a incorrer numa falta grave perante a lei em vigor e a dar cabo de uma investigação ainda em curso. Portanto, não se percebe onde queriam chegar os deputados numa comissão que, apesar de ouvir Oliveira e Costa à porta fechada, tem muito menos condições de preservar o segredo de justiça do que o Ministério Público. Para lá dos factos criminais que estão em causa neste processo, as relações, promiscuidades e ligações políticas deste caso não são menos importantes. Seria interessante que os esforços dos deputados se concentrassem nos aspectos actuais do caso, mas também na dissecação política, ainda que arqueológica, de um caso onde se cruzam todos os interesses que ao longo de duas décadas vampirizaram importantes recursos do Estado. Há uns anos isso incomodava muito o PSD, mas hoje, já se viu, também aborrece o PS. Não é só o silêncio de Oliveira e Costa que é de ouro...

EDUARDO DÁMASO
DIRECTOR-ADJUNTO



Estado tem de limpar 'buraco'

O FUTURO DO BANCO, quer implique ou não uma integração na CGD, tem de passar primeiro por uma "lim

Maria Ana Barroso
e António Costa
mabarroso@economicasgpps.com

A administração do Banco Português de Negócios (BPN) reuniu ontem com a equipa da Caixa Geral de Depósitos (CGD) com o objectivo de apresentar os vários caminhos possíveis para o banco recentemente nacionalizado.

Qualquer que seja a solução, esta terá de depender, à partida, da limpeza do BPN. As perdas no banco deverão, segundo apurou o Diário Económico, ir já nos 1,3 mil milhões de euros. Absorver na CGD ou 'devolver' ao mercado, privatizando, implicará primeiro fazer face a este "buraco" financeiro que cresce de dia para dia. Até porque ninguém estará disposto a

investir numa compra do BPN, correndo o risco de herdar um volume astronómico de perdas.

Duas soluções possíveis constam no dossier de propostas de Bandeira para o BPN para "limpar" o balanço do BPN.

Segundo soube o Diário Económico, uma das hipóteses é a criação de uma sociedade veículo que absorva os maus activos do BPN. Objectivo: recuperar o que for possível e assumir depois o Estado as perdas finais que houver mesmo que absorver. Outra hipótese passa pela realização de uma operação harmónica (redução e posterior aumento de capital) para fazer face às perdas que for necessário assumir.

Deste encontro de ontem, que serviu para discutir os

Criação de uma sociedade veículo que agregue activos a reestruturar ou operação harmónica para financiar perdas são hipóteses em cima da mesa.

possíveis caminhos para o BPN, terá saído ainda já um sentido de decisão. Ou seja, Francisco Bandeira e restantes administradores do BPN estarão em condições de apresentar à tutela as várias soluções desenhadas mas sobretudo aquela, das várias possíveis, que a equipa defende como a mais correcta.

Um sentido de decisão que poderá não coincidir necessariamente com a vontade do executivo de Sócrates. A razão é uma: as Finanças terão de ter em conta o impacto que a solução encontrada terá nas contas públicas.

Por outro lado, a venda à CGD poderá implicar antes sondar o mercado, sob pena de outras instituições virem defender que houve uma atribuição directa àquela

instituição, e portanto desigual. Mesmo que seja essa a decisão, uma integração do BPN implicará que a CGD adquira a instituição, uma vez que é o Estado que detém o banco. É preciso, nesse caso, que a Caixa detenha os meios financeiros para tal aquisição.

Integrar o BPN no universo CGD poderá não ter vantagens muito evidentes, embora o banco estatal, com menor representação geográfica nos centros urbanos, possa ter na rede do BPN uma forma de colmatar essa falha. Manter a marca BPN é aqui também uma hipótese em

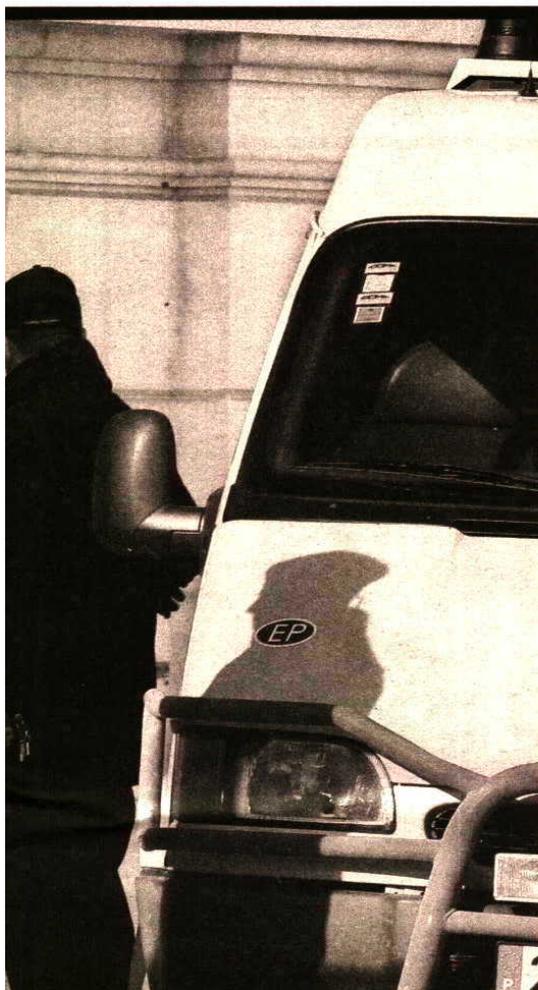
aberto e que poderia ser utilizada pela CGD para segmentar mercado, operando em faixas diferentes. Uma outra hipótese, dentro de um cenário de integração no universo Caixa, estará em cima da mesa. Com um número de balcões já extenso (mais de 800 balcões em Portugal) e que é actualmente o maior do país, a rede de distribuição do BPN (cerca de 210 agências) poderá vir a ser utilizada como moeda de troca para a tão ambicionada compra em

Espanha, pretendida pelo presidente da CGD, Fernando Faria de Oliveira. Uma operação que poderá vir a fazer sentido se

feita com uma instituição es-

Francisco Bandeira, presidente do BPN





OS 45 MINUTOS EM "LIBERDADE"

Sem algemas e escoltado por dois agentes da PSP, José Oliveira Costa passou pelas dezenas de jornalistas sem responder a qualquer pergunta, mas não escapou aos 'flashes' das câmaras fotográficas. O antigo presidente do BPN chegou à Assembleia da República às 14h45, onde permaneceu até pouco depois das 15h30. Foram cerca de 45 minutos, onde os deputados dos vários partidos lançaram questões relacionadas com o Banco Português de Negócios e a supervisão bancária. No final, o ex-banqueiro limitou-se a ler uma declaração, onde invocava o estatuto processual de arguido para não prestar quaisquer esclarecimentos.

do BPN

peza" do balanço do BPN.

panhola que tenha interesse em crescer em Portugal. A hipótese de ser feito negócio com um banco espanhol foi, de resto, já admitida pela estação TVI na semana passada.

Com ou sem integração na CGD, na cabeça de Francisco Bandeira está, desde o início, a hipótese de venda, em separado, de alguns dos activos do grupo BPN. É o caso, por exemplo, do banco de investimento Efisa, ou, como noticiou já o Diário Económico, do BPN Brasil.

O Ministério das Finanças deverá receber ainda esta semana o dossier BPN, esperando-se que, até final de Janeiro, Teixeira dos Santos tome uma decisão. Ontem, até ao fecho da edição, não foi possível apurar se as propostas seguem já

hoje para a tutela. No centro das preocupações das Finanças estará sempre o impacto que qualquer das alternativas terá para os cofres do Estado.

Anunciada a 2 de Novembro, a nacionalização do BPN surgiu fruto da necessidade de impedir que a descoberta de um buraco financeiro de dimensão relevante pusesse em causa a sobrevivência da instituição e os activos dos depositantes. Ao vice-presidente da CGD, Francisco Bandeira, e à restante equipa escolhida para o BPN (que integra ainda Rui Pedras, Norberto Rosa, Pedro Cardoso, Lourenço Marques, Mário Gaspar e Jorge Pessoa), tinham sido dados 60 dias para apresentar uma proposta às Finanças para o futuro do banco. ■

Cenários na mesa

Integração do Banco Português de Negócios (BPN) no grupo Caixa Geral de Depósitos, com posterior venda de balcões ou integração na rede de distribuição do banco estatal

Venda em bloco ou em partes dos activos da instituição

Manutenção do BPN como instituição autónoma, pelo menos no curto prazo



FIGURA DO DIA

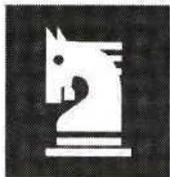
Entrar mudo sair calado



■ Montou-se um circo mediático, aguçou-se o apetite. A expectativa criada em torno do depoimento do antigo “homem-forte” do BPN poderia ser enorme, mas só para quem acredita em passes de mágica. Oliveira e Costa encontra-se em prisão preventiva, vinculado a preservar segredo de Justiça quanto a factos relacionados com o processo judicial em que está envolvido. Era, portanto, mais ou menos previsível que invocasse esse impedimento para tomar a atitude que tomou: entrar mudo e sair ca-

lado da audiência, realizada à porta fechada, perante a comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Português de Negócios. É certo que a condição de testemunha lhe permitia falar sem constrangimentos. Porém, “estava na cara” que se refugiaria no estatuto de arguido para não abrir a boca. E assim sofreu a comissão parlamentar o terceiro revés, depois das recusas do Banco de Portugal e do próprio BPN à entrega de documentos solicitados.

PAULO MARTINS



Política e Justiça



À LETRA
JOSÉ LEITE PEREIRA
Director

Preto no Branco

Aida do ex-banqueiro Oliveira e Costa, ontem, ao Parlamento estava rodeada de enorme curiosidade, por vários motivos, mas sobretudo por não ser normal que os deputados convoquem um preso para ser ouvido em comissão de inquérito. Oliveira e Costa, recorde-se, está em prisão preventiva enquanto decorrem investigações relacionadas com as fraudes no BPN.

Está fora de questão que a investigação judicial se possa confundir com a que os deputados promovem. A primeira visa investigar os crimes cometidos. Os deputados perseguem, obviamente, fins políticos e querem fundamentalmente saber de Oliveira e Costa como é que ele urdiu todos os movimentos que se sabe agora terem sido irregulares, que conivências teve, se as teve, quem facilitou ou ocultou essas irregularidades, em suma, os deputados querem que Oliveira e Costa os ajude a compreender se o regulador, ou seja, o Banco de Portugal, cumpriu ou não a sua tarefa e, em caso negativo, saber quais os dirigentes que agiram - e em que medida - de forma incorrecta.

A um não-jurista, uma tentativa como esta parece um bocadinho inocente. No fundo, conta-se que quem agiu fora da lei sinta agora algum arrependimento e queira ajudar na investigação. Pelo menos na investigação política, que não lhe acarreta pre-

juízo - criminalmente só conta o que for confessado diante de um juiz. E é precisamente isso que pode fazer parecer, pelo menos a um não-jurista, que se está a contar com algum espírito de vingança.

Já os juristas estão divididos. O procurador-geral da República não viu, porque a autorizou, nenhum impedimento na iniciativa. A procuradora Cândida Almeida disse, há tempos, ser contra investigações paralelas, na Justiça e no Parlamento,

mas a também procuradora Maria José Morgado acha que uma e outra podem prosseguir em paralelo. Já tem acontecido: Camarate, Envelope 9 e Entre-os-Rios, por exemplo. O caso mais forte foi o de Camarate, em que a decisão política mudou sempre que alternou a maioria política no Parlamento.

A audição parlamentar de um preso preventivo é necessariamente um caso excepcional. Não é irregular. Mas parece ser mau caminho. Pode influenciar negativamente, por mais cuidados que haja, a investigação criminal. E não se vê que possa avançar se o inquirido não quiser colaborar, o que desde logo lhe deveria conferir um claro rótulo de inutilidade. E o que ganhariam os deputados se a sua investigação avançasse? Antecipar-se à Justiça? E isso seria bom? Não parece. Ao não querer falar ontem, no Parlamento, Oliveira e Costa deixou os deputados de mãos a abanar, confrontados publicamente com o seu gesto frustrado. ■

O QUE GANHARIAM os deputados se a sua investigação avançasse? Antecipar-se à Justiça? E isso seria bom? Não parece.



ID: 23433904

14-01-2009

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO BPN



Inquiritos a alguns casos polémicos

Camarate, a queda da ponte de Entre-os-Rios, o Envelope 9 relacionado com a escutas telefónicas ou o processo do BCP, que ainda decorre, são alguns dos exemplos de casos alvo de inquérito na AR.



Cinco

Dos inquiritos parlamentares, cinco tem vindo a decorrer em paralelo com investigações judiciais, uma circunstância que tem prejudicado, na prática, as conclusões dos deputados.

Silêncio de arguido à porta fechada

Oliveira e Costa anunciou que não falaria depois do PS ter manifestado prévia compreensão pelo silêncio

ANA PAULA CORREIA
apc@jn.pt

Os jornalistas não puderam ouvir o silêncio de Oliveira e Costa, que invocou o estatuto de arguido para não responder às questões dos deputados da comissão de inquérito ao caso BPN, numa sessão que decorreu, ontem, à porta fechada.

A decisão de manter secreta a audição foi tomada apenas com os votos favoráveis do PS e do PSD ainda antes de estar confirmada a recusa de colaboração do antigo presidente do BPN, que está preso preventivamente, acusado de burla agravada e branqueamento de capitais.

PCP, CDS-PP, BE e Verdes consideraram que a decisão de fechar ou não a porta da comissão deveria ser tomada só depois de Oliveira e Costa esclarecer se responderia a perguntas. Mas os dois maiores partidos representados na comissão subscreveram a proposta da presidente, a socialista Maria de Belém, e os jornalistas foram convidados a sair da sala, antes da chegada do antigo secretário de Estado de um dos governos de Cavaco Silva. A alegação foi a protecção do segredo de justiça, tendo em conta os processos que recaem sobre o arguido, que, afinal, nada disse.

O JN sabe que, no início da reunião, antes de prestar qualquer declaração, Oliveira e Costa terá ouvido uma primeira intervenção do deputado socialista Ricardo

Rodrigues, na qual terá expressado compreensão prévia pelo eventual silêncio do depoente. Só depois dessas palavras é que o banqueiro detido declarou não estar disponível para responder a questões.

Ao longo dos 45 minutos de reunião que se seguiram, os deputados de todos os partidos representados na comissão fizeram declarações sobre as questões que gostariam ver esclarecidas, mas só Honório Novo, do PCP, colocou questões (que não foram respondidas) a Oliveira e Costa.

No final, comunistas, democratas-cristãos e bloquistas admitiram aos jornalistas que a atitude de Oliveira e Costa, não augura um bom desfecho para os trabalhos da comissão, que iniciou os trabalhos na semana passada, já

Sessão de ontem pode ser um pronúncio pouco animador para as conclusões do inquérito

com um caso de invocação de sigilo profissional bancário por parte do Banco de Portugal e do BPN para não prestarem os esclarecimentos pretendidos pelos deputados. Uma posição que não foi subscrevida por Maria de Belém, que os trabalhos da comissão decorrem com "toda a normalidade".

Aos jornalistas, Nuno Melo, do



Oliveira e Costa chegou à Assembleia da República com escolta policial

Seguem-se Cadilhe e Vakil

1 Novas audições
Miguel Cadilho, actual presidente da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN antes da nacionalização, deve ser ouvido depois de amanhã. Ainda hoje, depois do plenário, poderá realizar-se a audição de outro ex-dirigente do BPN, Abdool Vakil.

2 CDS quer ouvir 38 pessoas
O CDS-PP propôs uma lista de 38 nomes para serem ouvidos pela comissão, alguns dos quais considerados "o esqueleto" da operação financeira.

3 Relatora socialista
Sónia Sanfona, do PS, é a deputada relatora do inquérito, eleita só pelos socialistas.

CDS-PP, considerou a audição de ontem "uma oportunidade perdida, já que muitos esclarecimentos poderiam ter sido dados, sem isso significasse qualquer dano na investigação criminal. Por exemplo, a questão de saber em que termos funcionou a supervisão do Banco de Portugal".

Também Honório Novo saiu da reunião "frustrado" e baixou as expectativas que disse ter quanto ao andamento do inquérito parlamentar. "A minha convicção quanto à produção de resultados ficou muito abalada", desabafou.

Uma atitude crítica do silêncio do ex-banqueiro, teve ainda o bloquista João Semedo, para quem "todo o cidadão tem o dever de colaborar com os órgãos de soberania".

"Compreensiva" da atitude de Oliveira e Costa foi a posição do PSD, com Hugo Velosa a considerar o silêncio "legítimo", embora tenha considerado a audição foi agendada numa fase "prematura". ■

Reportagem



Segurança do Parlamento foi suficiente

Movimento de polícias não atraiu curiosos

INES CARDOSO
inesca@jn.pt

Foram segundos de "desfile" frente a dezenas de câmaras e máquinas fotográficas, não mais do que isso. Segundos que alvoçaram os corredores do Parlamento, ou não fosse apenas a segunda vez em 33 anos que um recluso ali foi ouvido. À porta da sala onde se reuniu a comissão de inquérito foi colocado um cordão, para delimitar o acesso a jornalistas. "Até parece que cá vem o primeiro-ministro", murmurou o bloquista João Semedo, perante o aparato.

No exterior via-se uma dezena de agentes da PSP. Sem quantificar meios, o tenente-coronel Pimenta, chefe do serviço de Segurança da Assembleia, assegurou que apenas foram mobilizados recursos internos, em coordenação com a Guarda Prisional. As movimentações não foram, de resto, suficientes para convocar nenhum mirone.

Pelas 14.20 chegou o advogado do ex-banqueiro, Leonel Gaspar. Questionado sobre os conselhos dados ao seu cliente, Leonel Gaspar afirmou que não tinha tido oportunidade de falar com ele. Com um ligeiro sorriso, assegurou que iria "acompanhá-lo" na audição, "nada mais".

Depois de sair da viatura para a um canto da escadaria principal, Oliveira e Costa subiu em passo apressado e atravessou o corredor ladeado por dois guardas prisionais. Terminado o silêncio a que se remeteu perante os deputados, à saída trocou rápidas palavras com o advogado. ■



EDITORIAL

Da inutilidade de uma comissão de inquérito

O episódio da ida de José Oliveira Costa à Assembleia da República suscita uma questão: qual a eficácia de uma comissão parlamentar de inquérito que decorra em paralelo com um processo de investigação criminal? A questão não é de somenos, até porque, como é público e notório, a Justiça não gosta de comissões parlamentares de inquérito, com o argumento de que estas conflituam com a investigação.

O estatuto de arguido invocado pelo ex-banqueiro para não prestar declarações no Parlamento prova o contrário. Mais, demonstra a inutilidade da convocatória. O que está em causa na Comissão de Inquérito ao caso BPN é saber se a nacionalização do banco foi bem feita e se o Banco de Portugal funcionou como devia neste caso.

Estas são questões eminentemente políticas que devem ficar na esfera de uma comissão parlamentar de inquérito que, em democracia e em nome da transparência e do escrutínio público, deve decorrer à porta aberta. É por isso incompreensível que PS e PSD tenham sugerido a "clandestinidade" desta audição.

Ainda bem que existem vários tipos de responsabilidade: criminal, política ou civil. A justiça o que é da justiça, à política o que é da política.

*Vale a pena dizer:
à justiça o que é
da justiça*

O aviso da agência de notação financeira Standard & Poors (S&P) de que passou a colocar sob vigilância a actual notação de risco de Portugal tem de ser compreendida no seu contexto internacional e na sua especificidade nacional. No quadro do agravamento global a nível financeiro e económico, a recessão está a passar pela Europa e na América do Norte. Para a combater, os Estados recorrem a uma mão-cheia de medidas anticrise, o que agrava a curto prazo as contas públicas, sobrecarregando as dívidas. É por isso que a Espanha e a Grécia já foram avisadas pela S&P de que as suas actuais notações estão em risco, e que a Irlanda e a Itália não estarão muito longe de receber idênticos avisos.

No caso português, acontece que a consolidação orçamental é muito recente e surge, aos olhos dos de fora, como pouco sólida.

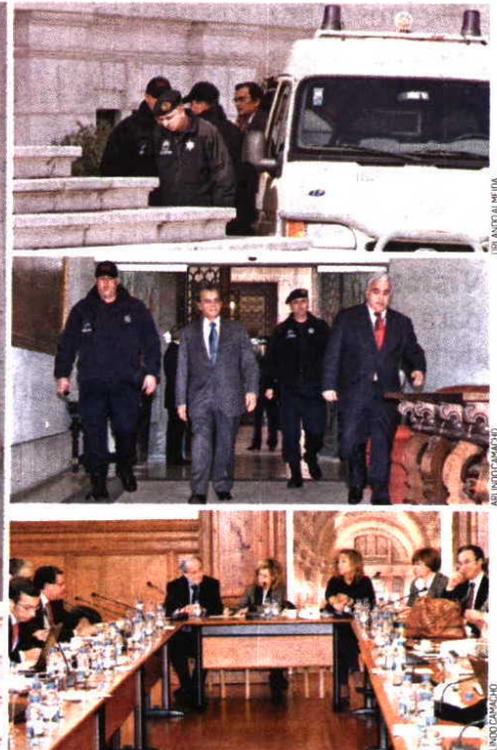
De pouco vale termos reduzido o défice e parado o aumento da dívida pública face ao PIB com um ano de antecedência, face ao que a comunidade financeira internacional esperava. Pesa mais, segundo a S&P, a indefinição política resultante de um possível resultado eleitoral este ano, que não garanta um Governo estável apoiado numa maioria absoluta.

Isto porque as reformas introduzidas no aparelho do Estado ainda não produziram os resultados de contenção da despesa esperados e precisariam de prosseguir depois de vencida a crise. Isto é, se o que conta é ver para crer, o bom desempenho orçamental dos últimos três anos ainda não chega para criar uma reputação inabalável de responsabilidade fiscal, para os bons e os maus momentos. ■

*Portugal ainda
não tem boa
reputação fiscal*



Aparato. Era o ambiente dos grandes dias parlamentares, com uma bateria de fotógrafos, operadores de câmara e jornalistas a aguardarem o ex-administrador e fundador do BPN, Oliveira Costa. Escortado pelos guardas dos serviços, prisionais – uma vez que se encontra detido preventivamente – foi um Oliveira Costa discreto e silencioso que esteve na Assembleia da República. Entrou pela escadaria principal do Parlamento directamente para a sala da comissão de inquérito, e saiu 45 minutos depois, deixando os deputados com uma mão chela de nada.



Caso BPN. O processo do Ministério Público contra Oliveira Costa está a ter uma ajuda preciosa: António Franco, ex-director de Operações do banco, está a cooperar com as autoridades no apuramento das responsabilidades pelo 'buraco' nas contas

Administrador do BPN colabora com a justiça

'Braço direito' de ex-banqueiro é testemunha-chave

CARLOS RODRIGUES LIMA e PEDRO FERREIRA ESTEVES

O antigo director de operações do BPN, homem de confiança de José de Oliveira Costa, é peça-chave no processo que o Ministério Público está a constituir contra o antigo presidente do banco. António Franco, segundo o próprio confirmou ao DN, está a colaborar com os procuradores responsáveis pela investigação em torno dos procedimentos internos que provocaram um "buraco" financeiro de 700 milhões de euros e que terá estado na origem da nacionalização do BPN.

Segundo apurou o DN, Franco tem vindo a reunir-se com o procurador Rosário Teixeira, que lidera a investigação ao caso BPN. E já terá prestado declarações como testemunha no referido processo. Sobre o conteúdo das mesmas, o antigo administrador não quis pronunciar-se, alegando "segredo de justiça".

Nas inquirições no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) António Franco tem procurado colocar-se à margem de todas as suspeitas, revelando que alertou, no passado, para algumas práticas que levantavam dúvidas.

Do ponto de vista da investigação, António Franco poderá enquadrar-se numa espécie de arrependido. Uma figura que não existe na lei portuguesa, mas esta dá ao MP algumas escapató-

rias. Mesmo que seja constituído arguido, no final do inquérito os procuradores poderão arquivar as suspeitas, ou propor a suspensão do processo, caso, como diz a lei, a colaboração tenha sido "decisiva para a descoberta da verdade material".

Ex-director teve acesso privilegiado a dossiê do Insular

Segundo informações recolhidas pelo DN, no início de 2007, Franco terá tido algumas conversas com alguns accionistas, manifestando-lhes preocupação com a situação já então verificada no BPN.

O antigo director de operações teve acesso privilegiado a grande parte

dos dossiers que terão, alegadamente, levado ao desequilíbrio financeiro da instituição, nomeadamente aqueles relacionados com o cabo verdiano Banco Insular. Uma entidade onde terão sido encobertos créditos concedidos mas não contabilizados pelo BPN.

O antigo "braço direito" de Oliveira Costa viu, recentemente, os seus bens arrestados em simultâneo com os de Oliveira Costa e da sua ex-mulher, num processo levantado pela Sociedade de Lusa de Negócios (SLN) em nome do BPN.

Contactados pelo DN, alguns accionistas da SLN, que pediram para não ser identificados, consideraram que António Franco sempre teve uma conduta irrepreensível. "Está a ser injustamente prejudicado pelo que se passou", confidenciou um accionista. ■

DEZ ANOS À FRENTE DO BANCO

Fundador do banco acabou preso, suspeito de seis crimes

1998 José de Oliveira Costa assume a liderança do Banco Português de Negócios (BPN), transformando-o num banco comercial.

2002 BPN compra o Banco Efisa e a corretora Fincor. O grupo comprou ainda o Banco Insular em Cabo Verde, embora tenha dito ao Banco de Portugal (BdP) que o Insular ficou de fora do negócio.

2004 O procurador Rosário Teixeira pede, pela primeira vez ao Banco de Portugal, informações sobre o Banco Insular. O BdP responde que tal banco não consta do "registro".

2007 Novo pedido de informações feito pelo Ministério Público. O BdP acaba por dizer que há operações do Insular em Portugal que remontam a 2004.

2008 Oliveira Costa abandona presidência do BPN. Miguel Cadilhe sucede-lhe.

2008 Oliveira Costa é detido por suspeitas de seis crimes. Fica em preventiva.

2008 A 31 de Dezembro, entra o recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

Oliveira Costa invoca estatuto de arguido para não falar no Parlamento

O ex-presidente do BPN Oliveira Costa invocou ontem o seu estatuto de arguido para não prestar declarações no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN que analisa quer os factos que levaram à nacionalização do banco quer a forma como decorreu a supervisão bancária.

A reunião de ontem decorreu à porta fechada por decisão maioritária do PS e do PSD, depois de tal ter sido sugerido por Maria de Belém Roseira, a socialista que preside à comissão de inquérito. O BE e o PCP consideraram que a reunião só deveria ser fe-

chada se Oliveira Costa o solicitasse, enquanto o CDS optou pela abstenção.

Nuno Melo, do CDS-PP criticou, contudo, a posição do ex-banqueiro declarando ver "este silêncio com alguma incompreensão" e frisando que boa parte da comissão de inquérito "deve apurar a forma como funcionou a supervisão bancária". O deputado centrista frisou, ainda, que muitas outras pessoas irão ser ouvidas pelo Parlamento – a sua bancada apresentou ontem uma lista de 38 personalidades cuja oportunidade de audição será apreciada em fu-

tura reunião – pelo que considera que se irá conseguir obter os esclarecimentos desejados.

Já o PSD, pela voz de Hugo Veloso considerou legítima a invocação do estatuto de arguido, enquanto João Semedo (BE) lamentou por considerar que Oliveira Costa tinha o dever cívico de colaborar com o Parlamento. Honório Novo, do PCP, admitiu estar "frustrado" com o silêncio de Oliveira Costa. Ainda esta semana os deputados querem tentar ouvir os ex-administradores do BPN, Miguel Cadilhe e Abdool Vakil. ■

EVA CABRAL



BANCA

Caixa injecta 40 milhões na seguradora vida do BPN

Banco público faz segundo aumento de capital da companhia em quatro meses. No total, já injectou mais de mil milhões no BPN

Maria João Gago mjgago@mediadin.pt; Miguel Baltazar, Pedro Aperta e Pedro Elias Fotografia

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) acaba de injectar 40 milhões de euros na Real Vida Seguros, a seguradora que permaneceu na órbita do Banco Português de Negócios (BPN) na sequência da nacionalização da instituição financeira. O aumento de capital destinar-se-á a reforçar os rácios de solvência da companhia, num contexto de instabilidade dos mercados financeiros.

Este é o segundo reforço de fundos próprios realizado na Real Vida no espaço de quatro meses. Em Setembro do ano passado, altura em que o grupo financeiro ainda era privado e liderado por Miguel Cadilhe, o capital da seguradora duplicou, passando de 15 para 30 milhões de euros. Na altura, a operação fez parte do plano de recapitalização das sociedades do universo BPN e destinava-se a fazer face às alterações decorrentes da adopção das novas normas internacionais de contabilidade, que obrigam as empresas de seguros a reconhecer em cada exercício as perdas associadas aos seus investimentos no mercado bolsista.

Já em 2009, com o BPN nacionalizado e a sua gestão entregue à

CGD, o capital da Real Vida foi elevado para 70 milhões de euros, através da emissão de oito milhões de novas acções com um valor nominal de cinco euros cada.

Tanto a administração do BPN e como a da companhia estiveram indisponíveis para explicar as razões desta operação. No entanto, tendo em conta que, neste momento, o grupo está em gestão corrente – o plano estratégico proposto pela nova administração ainda não foi aprovado (ver caixa) – o aumento de capital terá sido realizado apenas para cumprir rácios de solvência e não para fazer face a uma expansão da actividade.

O reforço de capitais acontece



O reforço de capital terá sido realizado apenas para cumprir rácios de solvência e não para fazer face a uma expansão da actividade.

depois de a venda da Real Vida – que esteve para ocorrer em simultâneo à alienação da Real (não vida) que não foi nacionalizada, tendo permanecido na órbita da Sociedade Lusa de Negócios – ter sido cancelada. E ocorre numa altura em que o BPN está já a comercializar produtos das companhias de seguros da CGD, designadamente os planos poupança reforma (PPR) da Fidelidade-Mundial.

O aumento de capital da Real Vida é a primeira operação de capitalização de uma sociedade do grupo BPN após a nacionalização do banco, em Novembro do ano passado. Até aqui, a Caixa apenas tem financiado as necessidades de liquidez da instituição financeira, o que já exigiu um esforço financeiro superior a mil milhões de euros.

As cedências de liquidez da CGD ao BPN ocorreram sobretudo nos últimos meses do ano passado, altura em que o banco foi vítima de uma fuga de recursos. Ao que o **Negócios** apurou, nas últimas semanas a situação estabilizou, uma vez que as taxas de juro pagas pela instituição são mais elevadas que as da concorrência. Vantagem que está prestes a acabar.



14h45

Depois de libertado das algemas que o imobilizavam, o ex-líder do BPN sai carrinha que o transportou da PJ à AR.



14h45

Ladeado por agentes da PSP, Oliveira Costa sobe a escadaria do Parlamento sob a mira das câmaras.

Estratégia para o banco entregue esta semana

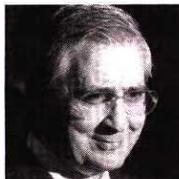
➔ A gestão do BPN, liderada por Francisco Bandeira, vice-presidente da CGD, deverá entregar esta semana ao ministro das Finanças o plano estratégico para a instituição financeira. O documento, que foi ontem foi debatido na reunião do conselho de administração da Caixa – instituição a que foi atribuída a gestão do banco nacionalizado –, coloca em cima da mesa a possibilidade de o BPN ser integrado na CGD, deixando cair a marca actual ou mesmo adoptando uma nova identidade, caso o banco se mantenha a sua autonomia para

se dedicar a um segmento específico da actividade bancária. Outra hipótese é a venda da operação. A gestão do BPN deverá defender como mais interessante a adopção de uma destas alternativas, cabendo ao ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, decidir qual delas o Governo prefere. Não é de excluir que o Executivo opte por tomar uma decisão mais para o final do mês, depois de apresentar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, plano que neste momento concentra todas as atenções de Teixeira dos Santos.



ID: 23433470

14-01-2009



AUDIÇÃO

Miguel Cadilhe deve ir ao Parlamento amanhã à tarde

Miguel Cadilhe, o gestor que liderava o BPN quando o Governo decidiu nacionalizar o banco, deverá ser ouvido amanhã à tarde pela comissão parlamentar de inquérito liderada por Maria de Belém Roseira. O ex-ministro das Finanças de Aníbal Cavaco Silva, que hoje é presidente não executivo da Sociedade Lusa de Negócios (antiga accionista do BPN), tem sido muito crítico relativamente à nacionalização da instituição financeira. Cadilhe diz que se tratou de uma decisão puramente política e acusa o Banco de Portugal de grave falha de supervisão relativamente às irregularidades cometidas no BPN no tempo de Oliveira Costa.



14h46

À entrada do Parlamento, o único arguido na investigação às irregularidades cometidas no BPN depara-se com um batalhão de jornalistas. José de Oliveira Costa passa pela multidão de repórteres e fotógrafos - resguardados por um separador - indiferente às suas solicitações.

Oliveira Costa recusou falar aos deputados

O antigo presidente do BPN, José de Oliveira Costa, alegou ontem o estatuto de arguido na investigação às irregularidades cometidas na instituição para não prestar esclarecimentos na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do banco. Como está pronunciado por sete crimes - de fraude fiscal qualificada, burla qualificada, falsificação, abuso de confiança agravada a branqueamento de capitais -, o ex-gestor pode manter-se em silêncio.

Oliveira Costa abandonou o Parlamento ladeado por dois agentes da Polícia de Segurança Pública, à semelhança do que acontecera 45 minutos antes, à chegada. O ex-gestor regressou à



Ex-presidente do BPN esteve só 45 minutos no Parlamento, onde foi recebido por uma multidão de repórteres fotográficos. Ao aparato mediático respondeu com o silêncio.

zona prisional da Polícia Judiciária às 15h30 onde deverá permanecer até ser deduzida acusação.

CDS-PP quer ouvir "esqueleto da operação"

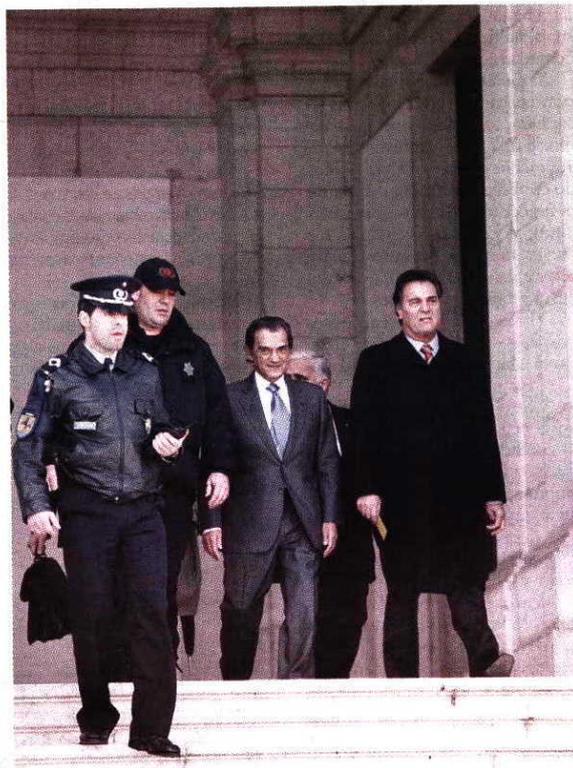
Os próximos depoentes a irem à comissão de inquérito serão Miguel Cadilhe, Abdool Vakil, Manuel Dias Loureiro, antigos responsáveis do BPN, assim como o vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, e António Marta, ex-responsável pela supervisão bancária.

Amanhã, os deputados vão decidir sobre a audição a 38 personalidades, cuja presença foi requerida pelo CDS-PP. Da longa lista, o partido quer, pelo menos, ouvir os 13 primeiros que considera serem "o esqueleto da operação", ou seja, essenciais para reconstituir as irregularidades cometidas no BPN, através de "off-shores" e do cabo-verdiano Banco Insular. Este grupo inclui antigos colaboradores de Oliveira Costa e o número dois de Cadilhe, Meira Fernandes, que testemunhou conversas daquele gestor com o governador do BdP antes da nacionalização do BPN.



15h34

Cerca de 45 minutos depois de ter chegado, Oliveira Costa sai da comissão de inquérito e volta a enfrentar a imprensa.



15h35

O ex-líder do BPN sai do Parlamento para regressar à prisão ladeado pelo seu advogado, Leonel Gaspar (à esquerda).



Oliveira e Costa usou estatuto de arguido para recusar responder às perguntas da Comissão de Inquérito

Ana Brito e Sofia Rodrigues

Miguel Cadilhe deverá ser ouvido pelos deputados amanhã à tarde. CDS-PP apresenta requerimento para ouvir 38 pessoas ligadas ao caso BPN

● O aparato que antecedeu ontem a audição de José Oliveira e Costa na comissão de inquérito ao caso BPN contrastou com o resultado prático da ida do antigo banqueiro ao Parlamento.

Invocando a sua condição de arguido, o fundador do BPN, que está detido preventivamente e responde por acusações de burla agravada e branqueamento de capitais, escudou-se num muro de silêncio que deixou sem resposta as questões dos deputados.

Às 14h40, Oliveira e Costa saiu do carro celular, sem algemas, entrando na parte da frente do edifício, numa porta lateral (que está sempre fechada) que dá acesso directo à sala onde decorreu a audição, acompanhado pelo chefe de segurança da Assembleia da República.

Momentos antes, na escadaria do edifício, um responsável pela segurança do Parlamento dava instruções aos jornalistas, sobretudo aos repórteres de imagem e fotógrafos, sobre as distâncias a manter quando chegassem ao carro celular.

O aviso foi repetido: "Não tentem acompanhar a entidade". A "entidade" era José Oliveira e Costa. À porta da sala onde decorreu a reunião, os jornalistas amontoavam-se, com os repórteres das televisões e rádios em directo, enquanto outros esperavam para captar a melhor imagem. O aparato era tal que um deputado comentava: "Até parece que vem cá o Cristiano Ronaldo".

Minutos depois, o antigo banqueiro entrou na sala de audições escoltado por dois guardas prisionais, numa audição que decorreu à porta fechada. Uma moção da presidente da comissão, Maria de Belém Roseira, que



Deputados não ouviram palavra de Oliveira e Costa

recebeu os votos favoráveis do PS e PSD, e que foi justificada com a necessidade de respeitar o segredo de justiça e criar um clima de "maior à-vontade" para Oliveira e Costa.

Lá dentro, depois de algumas questões colocadas pelo deputado comunista Honório Novo, o fundador do BPN leu uma declaração em que invocou a condição de arguido para justificar a sua recusa em responder a qualquer pergunta que lhe viesse a ser colocada. Mas frisou que a sua posição não deveria ser entendida como uma atitude de não-colaboração, visto já ter colaborado com as autoridades judiciais.

Em declarações ao PÚBLICO, o socialista Ricardo Rodrigues assegurou que a posição de Oliveira e Costa "é verdadeiramente excepcional" e decorre exclusivamente do estatuto de arguido, pelo que "não será tolerada" nenhuma outra excepção. "Vamos proceder ao levantamento de qualquer outro tipo de segredo que venha a ser invocado", garantiu o deputado.

Nuno Melo, do CDS-PP (que apresentou um requerimento para ouvir várias personalidades na comissão, entre elas supervisores, mas também antigos colaboradores do BPN e do Banco Insular de Cabo Verde), e João Semedo, do Bloco de Esquerda, dis-

seram não compreender a atitude do ex-banqueiro, em particular a recusa em responder a perguntas relacionadas com o exercício da supervisão bancária. O silêncio do banqueiro deixou "frustrado" Honório Novo. "A minha convicção quanto à produção de resultados desta comissão ficou

abalada", disse o deputado, que protestou contra a deliberação de vedar o acesso aos jornalistas. Hugo Velosa, do PSD, afirmou aos jornalistas que teria sido mais útil que a audição de Oliveira e Costa tivesse ocorrido "numa fase mais avançada." Uma audição mais tardia serviria melhor o objectivo fundamental da comissão, que é "saber se a supervisão funcionou ou não no caso do BPN e saber se a única solução possível era a sua nacionalização", sustentou.

Oliveira e Costa é o segundo preso que se deslocou ao Parlamento para ser ouvido numa comissão de inquérito. A outra situação aconteceu em 1995, no caso Camarate, em que um condenado a cumprir pena, cuja identidade nunca foi revelada, se disponibilizou a encontrar-se com os deputados dizendo ter informações sobre a queda do avião em que viajava o primeiro-ministro Sá Carneiro. No entanto, acabou por não falar, devido à ausência do seu advogado e por, na descrição de um deputado, "não estar nas melhores condições psicológicas", segundo a agência Lusa.

Muitas perguntas sem resposta

Numa audição parlamentar em que José de Oliveira e Costa "entrou mudo e saiu calado", as perguntas dos deputados que ficaram sem resposta prenderam-se, essencialmente, com a actuação da supervisão nos anos em que o banqueiro liderou o BPN. Se o PS tencionava perceber o que falhou ao nível dos controlos internos do banco, já o PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e PCP pretendiam avaliar o relacionamento do grupo com o Banco de Portugal e o momento em que o supervisor detectou problemas. Os actos de gestão de Oliveira e Costa, o vasto universo de empresas da SLN e o confronto com declarações de Dias Loureiro e Miguel Cadilhe também estavam na calha.

Zita Seabra fala de "populismo esquerdista"

A deputada social-democrata Zita Seabra disse ontem ao PÚBLICO que a audição de Oliveira Costa na comissão de inquérito ao caso BPN foi "a maior cedência do Parlamento ao populismo esquerdista desde o PREC" e apenas serviu para "criar um facto político." A deputada, que tomou a iniciativa de contactar o PÚBLICO, estendeu as críticas ao seu próprio partido e questionou a utilidade de "exibir um

banqueiro preso nos Passos Perdidos", referindo que "esse era o sonho de todos os revolucionários a seguir ao 25 de Abril." Zita Seabra, que é presidente do conselho de administração da editora Alêtheia - que tem por presidente da mesa da assembleia-geral Manuel Dias Loureiro, antigo administrador do BPN - assegurou que a sua preocupação surge "enquanto deputada", pois não tem conta aberta, nem acções do BPN. **A.B.**

